



MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI
ISSN 2316-1663

VOLUME 12, NÚMERO 3 | JUL.-SET. 2023
<https://doi.org/10.47295/mren.v12i3.1113>

LIÇÕES BÍBLICAS: CULTURA POLÍTICA, DISCURSO RELIGIOSO E PENTECOSTALISMO



BIBLE LESSONS: POLITICAL CULTURE, RELIGIOUS DISCOURSE AND PENTECOSTALISM

JOSÉ SOARES FILHO

EDSON SOARES MARTINS

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | OS AUTORES
RECEBIDO EM 14/09/2023 • APROVADO EM 28/09/2023

Abstract

The present research aims to carry out a study on the discursive relationship between the religious sphere, of a Pentecostal nature, and the political/electoral sphere. To this end, we observed how this manifests itself and can be perceived in concrete and relatively stable statements, when analyzing a chapter of the periodical called “Lições Bíblicas” from the 2nd Quarter of 2018, entitled “Ethics and Christian Politics”, published by Casa Publicadora of the Assemblies of God and used in Sunday School studies. With this, we can understand how these two spheres relate in a particular way, producing discourses that instruct on how to practice Christian democracy. Thus, we understand that this institution produced its own political discourse, anchored in religious and pedagogical elements, which is easily assimilated and reproduced discursively by a significant portion of the followers of that religious community.

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo realizar um estudo sobre a relação discursiva entre as esferas religiosa, de caráter pentecostal, e político/eleitoral. Para tanto, observamos como isso se manifesta e pode ser percebido em *enunciados concretos e relativamente estáveis* ao analisarmos o capítulo de um periódico chamado *Lições Bíblicas*, na edição do 2º Trimestre de 2018, *Ética Cristã e Política*, publicado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus, e usado nos estudos da *Escola Bíblica Dominical*. Com isso, podemos perceber como essas duas esferas se relacionam de modo particular ao produzirem discursos que instruem como se deve exercer a *democracia cristã*. Assim, entendemos que essa instituição produziu um discurso político próprio, ancorado em elementos religiosos e pedagógicos, que é facilmente assimilado e reproduzido discursivamente por boa parte dos adeptos daquele meio religioso.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Political culture. Biblical Lessons. Dominical biblical School. Pentecostalism.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura política. Lições Bíblicas. Escola Bíblica Dominical. Pentecostalismo.

Texto integral

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca entender as relações discursivas estabelecidas entre a esfera do religioso e do político a partir de um estudo dirigido a periódico produzido na instituição Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Pernambuco (IEADPE). Dito isso, observamos que parte da cultura política dessa instituição pode ser percebida através de suas manifestações em forma de discurso, em enunciados concretos e relativamente estáveis, Bakhtin (2003). Esses enunciados, por sua vez, são formados por elementos de conteúdo temático e estilo próprios do discurso teológico na tentativa de justificar determinadas ações direcionadas a escolha de candidatos, a partir de uma ótica arraigada em princípios evangélicos e pentecostais que, via de regra, beiram, quando não estão inseridos, em discursos e práticas que surgem como produto de uma visão de mundo fundamentalistas e conservadora. Em sua construção composicional observamos uma espécie de aproximação com a o discurso doutrinador/educacional, que ensina, orienta e adverte, com base, também, nesses princípios.

Nesse contexto, o discurso político se diluiria no texto de doutrinação religiosa de maneira tão sutil que se tornaria quase imperceptível, passando, via de regra, despercebido. Dito isso, usamos o conceito de cultura política como ferramenta para compreensão desse movimento de transmutação do discurso religioso em discurso político e vice-versa, haja vista que, mesmo que se faça uso do espaço e do referente religioso, a ideia que se quer propagar é a de orientação política, e não qualquer política, um tipo específico de política ligada aos valores de moral e bons costumes desse grupo, que acaba por constituir uma espécie de democracia liberal.

Para realização da análise, nos valeremos do capítulo de um periódico publicado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), habitualmente usado no culto da Escola Bíblica Dominical (EBD), e de um “resumo” produzido pela IEAD em Pernambuco. A cada domingo, comumente, uma *lição* é estudada e desenvolvida com os fiéis nas IEAD's. A revista da qual nos valeremos para análise neste trabalho é a “Lições Bíblicas 2º Trimestre de 2018 – Adultos: Valores Cristãos: enfrentando as questões morais de nosso tempo”, mais especificamente, o capítulo: “Ética Cristã e Política”, que foi ministrado no dia 17 de junho de 2018. A relação entre a data que foi ministrada essa LB e o contexto político de eleições da época, já deixa evidente a urgência, a relação e a necessidade que emerge a partir desse material, para a construção e alinhamento de ideias desse grupo em relação ao processo eleitoral do referido ano.

2 DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POLÍTICA LIBERAL: “COMO O CRISTÃO NÃO VIVE ISOLADO, ELE DEVE TER CONSCIÊNCIA POLÍTICA, SENDO SAL E LUZ NESTE MUNDO”

Analisaremos, nesta seção, além do periódico, uma fonte complementar que direcionaria os professores e professoras na execução das aulas de EBD. Levando em conta que a escola bíblica dominical acontece também em IEAD's de outros estados, e que estas também fazem uso desse periódico, traremos um documento que orienta e resume, a partir de uma leitura da Superintendência das Escolas Bíblicas Dominicais e Pastor Presidente da IEADPE Ailton José Alves, quais são os objetivos e pontos centrais que merecem destaque durante o culto de EBD.

A partir do que foi dito anteriormente, e do que veremos adiante, perceberemos que, na estrutura discursiva proposta pela instituição, a esfera da vida política não é vista como algo a parte da vida cotidiana, tão pouco da vida espiritual e religiosa. Assim sendo, o cristão é orientado que não pode e nem deve tratá-la como algo separado e distante de si, com algo que deva ser evitado, elemento que surge como motivador à quebra da inércia e da passividade nos processos políticos que perduraram por muitos anos dentro destas comunidades.

Observemos que, na construção do enunciado que daria abertura à aula da escola bíblica dominical (Verdade Prática), a ideia emergente é que deve haver uma “consciência política” nos processos decisórios, mas sempre embasada em critérios religiosos: “A política faz parte da vida em sociedade. Como o cristão não vive isolado, ele deve ter consciência política, sendo sal e luz neste mundo.” (Baptista, 2018, p. 81).

Existe a indicação que o cristão tenha “uma consciência política” e que ele tenha cuidado com a “politicagem”, conceito trazido como: “política reles e mesquinha que prioriza os interesses pessoais”. Fica nítido que a orientação é que o cristão deve assumir um posicionamento político crítico. Todavia, é necessário que esse padrão se enquadre dentro daqueles pré-estabelecidos pela moral e valores existentes na leitura e interpretação eclesial, por sua vez, fundamentada na própria exegese dos textos bíblicos realizada por essa instituição. Nessa ótica, o movimento que alimenta a força motriz dessa consciência política é constituído de

uma série de padrões morais e institucionais, não se deve votar a partir de interesses pessoais, mas sim guiado por um ordenamento estabelecido nessa cultura política.

E é esse tipo de discurso que condiciona e orienta o posicionamento político dentro da instituição. Assim, de um modo geral, vemos que a orientação é que a escolha e direcionamento do voto seja para os membros do próprio corpo de integrantes da igreja ou, se não, aos líderes políticos que representem ou defendam os dogmas e orientações morais próprias deste grupo. – Isso parece um pouco contraditório, se levarmos em conta o contexto de eleições para presidência em 2018, mas prossigamos.

O discurso de caráter político é traduzido em discurso de base teológica para, desse modo, justificar as práticas e reproduzir as estruturas. Isso acontece quando elementos representacionais da esfera do sagrado ou metafísico são usados como mecanismo de legitimação das relações concretas de poder. Sobre isso, Santos nos apresenta um exemplo ao citar o momento da narrativa bíblica em que Davi evitou matar Saul, por ele ser “ungido do Senhor”:

Baseado na passagem bíblica do primeiro livro de Samuel, capítulo 24, verso 6, que serve como base irrefutável para o não questionamento da autoridade religiosa e espiritual. Diz a passagem: “O Senhor me guarde de que eu faça tal coisa ao meu senhor, isto é, que eu estenda a mão contra ele, pois é o unguido do Senhor”. (2011, p.15).

Assim, ele demonstra como o discurso religioso pode ser utilizado enquanto discurso político, para justificar a submissão e a inércia de questionamentos aos líderes, religiosos e/ou políticos, divinamente instituídos: “Os Ungidos do Senhor”. De modo que, se o motivo da ascensão desse líder ao poder se dá por uma justificativa divina, isso ocorreria pela “vontade e permissão de Deus”, elemento discursivo que alimenta a ideia de inércia e sujeição a esse grupo, e como veremos ocorre de forma parcial e condicional.

Ocorre que o discurso político, por fazer uso e se aproximar do discurso teológico, via de regra carismático, não necessita de justificativa a não ser bíblica. É a exegese bíblica, através de uma ótica moralista e fundamentalista, que faz com que esse discurso se torne legitimador das práticas e posturas por vezes antidemocráticas e/ou ligadas a um tipo de democracia liberal. O simbólico, no espaço desse sagrado, fundamentaria a ação nas relações sociais de poder, é ele quem tem a força legitimadora de práticas, que produz e dá continuidade às estruturas de poder clerical. Isso fundamenta e legitima a obediência e reprodução de ideologias nas escalas e relações de poder dentro do corpo clerical, desde a liderança até a base.

Em nosso estudo, observamos que a Lições bíblicas, no tópico “leitura bíblica em classe”, apresenta como o pensamento de obediência e sujeição às lideranças instituídas também ocorreria por meio de uma ordenação bíblica. A diferença entre nosso texto e o de Santos (2011 p.15) é que para justificar isso somos colocados diante do fragmento de um livro do novo testamento, em Romanos 13.1-7; especificamente o 13:1 “- Todos devem sujeitar-se às autoridades superiores;

porquanto, não há autoridade que não venha de Deus; e as que existem foram ordenadas por Ele.”

Santos (2011) chama atenção para um problema de caráter antidemocrático que essas instituições, via de regra, estão predispostas a perpetuar em seus discursos. Isso ocorre ao passo que a democracia deixa de ser o valor de ideal político para as escolhas dos candidatos e é substituída por valores específicos de um determinado grupo, no nosso caso a IEAD. Nesse cenário: “A democracia só seria defendida caso as concepções próprias de um grupo religioso fossem ameaçadas por um movimento articulado que privasse a atuação religiosa evangélica.” Santos (2011 p. 11).

Esse tipo de “democracia liberal” seria o responsável por reforçar práticas e estereótipos de autoritarismo, através da verticalização do poder nessas instituições, e geraria um tipo de passividade da membresia nos processos decisórios. Ora, se o poder instituído opera de maneira vertical, o conjunto de ideais a ele ligados também funciona assim. Desse modo, temos a produção de um discurso político, por uma liderança religiosa, que emerge através da esfera da vida humana no espaço destinado ao culto do sagrado e ao ensino da exegese bíblica. Por sua vez, esse discurso é facilmente assimilado, equilibrado e reproduzido pelos demais membros.

Esse processo seria um fator responsável por gerar um alinhamento em relação a compreensão dos temas, em particular aqueles considerados, por essas igrejas, como tabus. Dentre eles, destacam-se: “Ideologia de gênero”, Direitos humanos, Aborto, Pena de morte, Eutanásia, Suicídio, Doação de órgãos, Sexualidade, Sexo, Família, Planejamento familiar, Vida financeira, Vícios, Jogos, Política e Redes sociais.

Não coincidentemente, todos estes temas foram discutidos no segundo trimestre do ano de 2018, através de um viés moral que serviria de orientação e formação de um caráter pautado em uma “ética cristã”. De modo que, as lições bíblicas deste semestre estariam interligadas e fortaleceriam esse tipo de discurso e leitura que, na nossa compreensão, estariam diretamente relacionados na construção desse tipo específico de cultura política.

Regressamos ao periódico:

Logo na introdução, nos deparamos com a seguinte afirmação: “As Escrituras registram a liderança política de grandes personagens bíblicos, entre eles, José, o governador do Egito (At 7.9,10); e Ester, a rainha da Pérsia e da Média (Et 5.2)” (Baptista, 2018, p. 83).

Inicialmente, são apresentados esses dois exemplos de liderança e atuação em cargos governamentais, para, posteriormente, justificar a necessidade e a emergência da participação de evangélicos nesse cenário de atuação político partidário. Chama a atenção o fato de que no documento da Superintendência das Escolas Bíblicas Dominicais, que também recebe a assinatura do então Pastor Presidente da IEADPE Ailton José Alves, a personagem rainha Ester, mencionada como exemplo político pela lições bíblicas não aparece em nenhum momento do texto, e o único momento que a palavra mulher é mencionada ocorre em uma breve citação: “é possível ser um homem ou mulher que tome decisões que agradem a Deus inclusive nos meios políticos e governamentais” (IEADPE, 2018, p. 1). Vale ressaltar que tanto o conteúdo das lições bíblicas quanto esse texto de suporte, são

escritos e, frequentemente, ministrados por homens. Isso poderia indicar uma certa resistência da IEADPE em relação à inserção de mulheres no protagonismo político.

Em contrapartida às Lições bíblicas, que fazem menção aos personagens do Antigo Testamento José do Egito e Ester, na seção Introdução, o que temos no material da IEADPE é a seção II que apresenta o título: “Exemplos bíblicos de homens a serviço de Deus na política”. Nela são retratados três personagens bíblicos, todos homens, na tentativa de mostrar algumas de suas características cristãs que fizeram com que eles se destacassem no campo político e da administração pública. Esses exemplos serviram de justificativa na construção de um tipo específico de participação e atuação governamental na esfera política, orientada por valores cristãos.

Podemos observar na Bíblia alguns homens de Deus que conduziram com sabedoria e obediência a cargos públicos, administrativos e políticos; ficando claro que não há nenhuma incompatibilidade entre ser um autêntico cristão e exercer uma função política. (IEADPE, 2018 p. 1)

O primeiro deles é Daniel, governador da Babilônia. São destacadas características como integridade e formação, que o tornaram apto para atuação na esfera governamental, mas, além disso, é enfatizado o seu “caráter como homem de Deus”. Foi esse caráter que o tornou, segundo o enunciado, exemplo de gestor e de conselheiro do Rei:

Ele foi um homem eminente conhecido por sua integridade, e também pela sua formação, estava apto a atuar na esfera governamental (Dn 1.17,19,20), e, pelo caráter como homem de Deus, foi um exemplo de gestor e conselheiro (Dn 5.10-12). A Bíblia diz que o rei Dario tinha a intenção de torná-lo um funcionário público de maior destaque ainda (Dn 6.1-3). De fato, ele era um homem notável de comprovada integridade moral e espiritual (Dn 6.4,5). (IEADPE, 2018, p. 1)

O segundo exemplo que nos é apresentado é o do personagem José do Egito. Segundo a narrativa, ele teria assumido o segundo lugar de destaque no governo egípcio. Diferentemente do exemplo anterior, não há, neste, atribuição de características ou qualidades peculiares ao personagem. Entretanto, mesmo que essas qualidades não tenham sido mencionadas, temos no texto a afirmação que “Deus o exaltou, levando-o à presença de Faraó”, de modo que este personagem não teria ascendido politicamente por mérito próprio, antes graças a uma “intervenção divina”.

2.2 José governador no Egito. José foi nomeado governador do Egito (Gn 41.38-44). Deus o exaltou, levando-o à presença de Faraó, onde

foi colocado como o segundo homem no comando político do Egito. Após chegar a uma posição de destaque José teve de lidar com a política egípcia para colocar seus projetos em voga conseguindo estocar alimentos para os períodos de fome na terra (Gn 41.48,49). É possível a uma pessoa, em posição de autoridade no mundo político, ser íntegra e trabalhar pelo povo honestamente. (IEADPE, 2018, p. 1)

O terceiro e último exemplo discorre aspectos sobre o caráter de Neemias. Aqui nos deparamos com a confiança que ele passava e que a ele era direcionada, característica atribuída à personagem. No entanto, não é esta característica que é posta como evidência principal. O que destaca a personagem em relação aos demais é o argumento de ele era “um político temente a Deus” e essa característica é associada às qualidades de lisura e incorruptibilidade:

2.3 Neemias governador no reino Medo-persa. Neemias, um copeiro de confiança do Rei foi designado para reconstruir Jerusalém, tornando-se governador do reino Medo-persa (Ne 5.14; 10.1), sobretudo um político temente a Deus, destacando-se entre os que exerciam vida pública (Ne 5.15-18). Quer na vida particular, quer na pública, deve o cristão ser um exemplo de lisura e incorruptibilidade, principalmente se exercer algum cargo eletivo. (Andrade *apud* IEADPE, 2018, p. 1)

Desse modo, temos, nesses três exemplos, três características que constituem um ideal de atuação e liderança política para esse grupo. São elas: o “caráter como homem de Deus”, podendo ser traduzido pela expressão da fé/crença no Deus cristão, baseado em preceitos protestantes adotados pela IEADPE; o homem que “Deus exaltou”, elemento que mostra a justificação da ascensão de um líder a partir de uma intervenção divina e, por último, o “político temente a Deus”, aquele que além de professar a fé/crença, também seguiria os dogmas e normas da instituição sem questionamento. Esse último, inclusive, é associado à ideia de incorruptibilidade, que seria mais ou menos traduzida na seguinte frase: “eu sou temente a Deus, portanto não serei corrupto”.

3 OS TRÊS MANDAMENTOS ELEITORAIS

O autor desta *lição bíblica* destaca que “a política foi satanizada no meio evangélico”. O resultado disso foi justamente a aversão ao tema, provocando falta de debate interno e inércia por parte desse grupo, que segundo as *lições bíblicas* foram os grandes responsáveis pela “eleição, por exemplo, de governos contrários à cultura judaico-cristã. ”. O enunciado chama atenção, ainda, para a ideia de que para “[...] mudar esse quadro faz-se necessário que a igreja amadureça e aprofunde sua

consciência política. ”, de modo que essa seja embasada em ideias propagadas pelo discurso circulante da própria instituição.

Sobre isso, o texto da IEADPE, que aqui usamos como fonte adicional, propõe três fundamentos relativos ao uso correto do direito ao voto. Aliados a isso, inserem e demonstram que o cristão “está situado no meio social, político e econômico” e, portanto, deve exercer seu direito de escolha dos representantes de forma *correta*, baseada nas *atitudes do cristão como eleitor*: Vejamos quais são essas atitudes:

3.1 Orar e analisar antes de votar. Antes de qualquer decisão, o crente em Jesus deve orar a Deus, pedindo sua direção, pois um voto errado pode ser motivo de tristeza, frustração e arrependimento tardio. É votar por fé, pois “tudo o que não é de fé é pecado” (Rm 14.23). Todos devemos analisar as propostas dos candidatos e também pedir orientação a Deus inclusive na hora de eleger uma pessoa para um cargo político, com perfil sério, que sejam honestos e cumpridor de seus deveres (Pv 29.2). Existem casos de crentes que votaram em alguém, e depois choraram de amargura pelos prejuízos que sofreram; visto que os representantes que escolheram além de não trazer benefícios sociais, afrontam a sua fé. O grande diferencial está no modo de governar daqueles que temem a Deus e dos que não temem (Jó 24.2-4; Pv 28.28). (IEADPE, 2018, p. 1)

Orar e analisar antes de votar. Nessa orientação há, nitidamente, um apelo para o *sagrado* no que diz respeito à escolha do candidato político, de modo que essa situação decorreria de um tipo de projeção em que o sujeito (Ego) externaria sua consciência para um campo ou esfera da atividade humana compreendida como sagrada e, ao fazer isso, tira de si parte da carga de responsabilidade pelo seu ato e o atribui a outra consciência, nesse caso a esfera da *vontade e/ou permissão de Deus*. E isso, por si só, já serviria como um dos argumentos usados para justificar a escolha de candidato A em detrimento de candidato B. “*É votar por fé, pois ‘tudo que não é de fé é de pecado’*”. Ora, temos nesse contexto, a construção de um discurso sobre o exercício do voto individual como algo muito próximo de uma ação dotada de sacralidade criada nesse grupo e que poderia ser compreendida, talvez, como uma *hierofanização* ou sacralização da vida política.

Além dessa orientação divina, o texto chama atenção para uma atitude um pouco mais racional: *Todos devemos analisar as propostas dos candidatos*. Todavia, após ser dito isso, é retomada a ideia de orientação divina como mecanismo para escolha dos candidatos: “[...] e também pedir orientação a Deus inclusive na hora de eleger uma pessoa para um cargo político, com perfil sério, que sejam honestos e cumpridor de seus deveres (Pv, 29.2). ”. O não atentar para essas orientações traria como resultado, para o crente, “*choro de amargura*”. Isto porque, caso não escolhessem os candidatos desse modo, sofrem prejuízos sociais e religiosos: “*os representantes que escolheram além de não trazer benefícios sociais, afrontam a sua fé*” (IEADPE, 2018, p. 1).

A questão é: qual seria a orientação que regeria a ação de orar e analisar o perfil moral do candidato e que, por fim, determinaria a escolha final sobre o direcionamento do voto? A resposta para isso aparece na seguinte frase: “*O grande diferencial está no modo de governar daqueles que temem a Deus e dos que não temem*

(Jó 24.2-4; Pv 28.28) ". O temor a Deus é colocado como característica positiva dos líderes políticos, indicando, mais uma vez, que o voto do fiel dessas instituições deveria ser direcionado a esse perfil de candidato.

A *Lições Bíblicas* orienta para a escolha de "*homens de bem*"¹. Isso se manifesta de forma bastante explícita no texto: "Os políticos contrários às convicções cristãs não podem receber o apoio nem o voto da igreja." (Baptista, 2018, p. 86). Também não é indicado, por esse periódico, usar o púlpito da igreja como lugar de palanque para discursos eleitorais: "O púlpito da igreja não pode dar lugar ao "palanque eleitoral" (Baptista, 2018, p. 86). Isto também é proibido pelo artigo art. 37 da Lei 9.504/97². Apesar disso, o que acontece, via de regra, mesmo que de forma indireta, é a orientação para que se vote em políticos com discursos que estejam alinhados com os discursos dessas instituições, como vimos na citação do início deste parágrafo e como veremos nos parágrafos seguintes.

O segundo aspecto é: *Não negociar seu voto*. O objetivo deste tópico seria o de conscientizar essa parcela da população sobre a importância do voto, gerando uma consciência política a respeito de como proceder nos momentos de exercício da cidadania. O que temos inicialmente é uma caracterização do voto, que seria uma "*arma de grande valor*". De modo que, como arma/instrumento, seria o responsável por favorecer ou desfavorecer os interesses inerentes a esses grupos religiosos.

3.2. Não negociar seu voto. O voto é uma arma de grande valor, e diante dos candidatos, o cristão jamais deve aceitar vender seu voto. Isso é antiético para um cidadão do céu e revela um profundo subdesenvolvimento cultural. É de grande importância que o servo ou serva de Deus saiba exercer o seu direito, quando do momento das eleições municipais, estaduais ou federais. É hora de mostrar que é cidadão do céu, exercendo o direito de cidadão da terra, visto que a cidadania celestial não anula a cidadania terrena. Por essa razão, devemos lembrar de que somos sal da terra e luz do mundo (Mt 5.13,14). (IEADPE, 2018 p. 1)

Por apresentar tamanha importância, é enfatizado que "*o cristão jamais deve aceitar vender seu voto*". A prática de compra de votos no Brasil, apesar de ser dolosa e ilícita, tem sido muito recorrente. Segundo relatório de pesquisa realizado pelo TSE³ a proximidade da compra e venda de votos em 2014 ainda é considerável [...]. Consciente disso e da importância e valor que o voto tem, a IEADPE, por meio desse documento, orientaria que "o cristão jamais deve aceitar vender seu voto. ". Além disso, apresenta que essa atitude seria uma *postura antiética* e que revelaria o que eles chamaram de "subdesenvolvimento cultural" de um indivíduo, que seria incompatível com o caráter de *cidadão do céu*. Desse modo, a instituição chama

¹ Pessoas que partilhem de discurso e ideias alinhados aos dogmas religiosos com base em uma leitura, via de regra, fundamentalista do texto bíblico.

² BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 set. 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm Acesso em 08 de junho de 2021.

³ Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-pesquisa-eleicoes-2014>

atenção, ainda, para que esse grupo não permaneça inerte e saiba como exercer o direito enquanto *cidadão da terra*, elegendo pessoas que representem as *culturas políticas* inerentes às instituições religiosas aqui citadas. Reitera ainda, a partir de uma justificativa bíblica, que o exercício desse direito enquanto *cidadão da terra* reafirmava a característica de *cidadão do céu*: “a cidadania celestial não anula a cidadania terrena”.

3.3. Evitar o voto irresponsável. A Bíblia é realista: “Quando os ímpios sobem, os homens se escondem, mas, quando eles perecem, os justos se multiplicam” (Pv 28.28). Quando são eleitos ímpios, homens carnais, materialistas, infiéis aos compromissos, soberbos, corruptos, ingratos, insolentes e insensíveis, os quais, não querem servir e sim serem servidos, não temem a Deus e nem respeitam o próximo (Lc 18.2). Quando os tais são escolhidos, os verdadeiros homens de bem desaparecem de cena. Nem todo descrente é ímpio no sentido em que estamos usando o termo. Todo ímpio é incrédulo, mas nem todo incrédulo é ímpio. Há não evangélicos que são homens de bem. E há os que se dizem evangélicos que não são honestos. O crente deve votar em um cidadão de boa reputação. A Bíblia nos apresenta o princípio de examinar tudo e ficar com o bem (1Ts 5.21) (IEADPE 2018 p. 1)

O terceiro e último ponto diz respeito ao dever de *evitar o voto irresponsável*. Inicialmente nos deparamos com dois textos bíblicos, um do Antigo Testamento (Pv 28.28) e um do Novo Testamento (Lc 18.2). Neles, podemos ver a tentativa de construir a ideia de uma ordem governamental caótica que surgiria como consequência de um governo dirigido por *homens ímpios*⁴. Desse modo, a eleição de *homens ímpios*, que vão contra os dogmas e leis convencionadas por essa instituição, seria a responsável pelo desaparecimento dos “*verdadeiros homens de bem*” e isso teria como consequência final uma desorganização do ideal de cosmos social moralmente organizado por este grupo pentecostal.

Chama a atenção que o texto aponta para a existência de *homens de bem* não evangélicos, bem como a de evangélicos que não são honestos. Nesse contexto temos a construção de uma visão maniqueísta com dois tipos específicos de político: o político que é caracterizado como *homem de bem* e o *político ímpio*. Na prática, diante do contexto de eleições presidenciais (2010), podemos ver como a ação da *política ímpia* seria concebida, por esses grupos, a partir de uma perspectiva moral que rejeitava, por exemplo, a eleição da então candidata à Presidência da República

⁴ Para o dicionário “VINI: O significado exegético expositivo das palavras do antigo e do Novo Testamento” (2002, p. 704) temos que na leitura do novo testamento a descrição de “IMPIEDADE” caracterizada como adjetivo da seguinte forma: “‘incrédulo, descrente, **ímpio**, perverso” (cognato de A), “sem reverência para com Deus”, não meramente irreligioso, mas que age em contravenção das ordens de Deus (Rm 4.5; 5.6; 1 Tm 1.9; 1 Pe 4.18; 2 Pe 2.5; 3.7; Jd 4; Jd 15, duas vezes); em 2 Pe 2.6. Ocorre em alguns manuscritos. (Grifos nossos)

Dilma Rousseff, por ela ter se posicionado a favor da descriminalização do aborto⁵. Do mesmo modo, nas eleições presidenciais (2018), esse público se posicionou, em sua maioria, contra os candidatos de partidos considerados de esquerda, mantendo, de forma contraditória, apoio a candidatos ultraconservadores e, eticamente falando, bem distantes do cristianismo. Como exemplo disso podemos citar Xavier ao mencionar a atuação do então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro⁶.

4 DA CONDICIONALIDADE DE SUBORDINAÇÃO AO ESTADO

Por fim, pensamos em uma pergunta para uma das afirmações do periódico. Porque o “O cristão deve submissão “condicional” ao Estado. ” ? Essa ideia vem sendo trabalhada nesses grupos e, para que a entendamos melhor retornaremos a análise do periódico estudado:

As Escrituras mostram que Deus se relaciona diretamente conosco em todos os aspectos da vida (Mt 6.33). Isso significa que Ele intervém em nossa jornada diária, pois o Pai Celeste “trabalha para aquele que nele espera” (Is 64.4). Nesse aspecto, a Bíblia mostra que o Altíssimo “remove os reis e estabelece os reis” (Dn 2.21), “porque não há autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus” (Rm 13.1). (Baptista, 2018, p. 83).

O texto citado surge para reforçar, mais uma vez, a ideia de obediência e sujeição no que diz respeito à determinada condição política. “Deus”, como ser onipotente estaria no controle de tudo, inclusive da esfera da atividade humana onde se exercerem os direitos, deveres e manifestações políticas. A citação do texto do livro de Daniel, “o Altíssimo “remove reis e estabelece reis””, serve como o elemento religioso que ordenaria essa ação divina no campo político e governamental. De modo que, para a *lições bíblicas*, as autoridades existentes, seja em qual for a esfera, foram divinamente ordenadas por Deus, segundo a sua vontade

⁵ “O Estado não considerará essas mulheres como uma questão de polícia, mas uma questão de saúde pública e social.”. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-se-diz-contraborto-mas-afirma-que-se-eleita-tera-de-encarar-tema.html>. Acesso em 05/05/2021 às 14:59.

⁶ Xavier (2018) aponta que isso decorre de uma aproximação entre o discurso desse grupo (fundamentalista) e o discurso do presidente (conservador) que levaria a uma leitura comum da sociedade: “Para Antoun (2001, p. 3), o fundamentalismo é “uma orientação para o mundo, tanto cognitiva quanto afetiva. A orientação afetiva, ou emocional, indica indignação e protesto contra a mudança e contra certa orientação ideológica, a orientação do modernismo”. A expressiva aderência a candidatura de Jair Bolsonaro por parte dos evangélicos pentecostais se dá, principalmente, por esta orientação afetiva que protesta contra as mudanças (vimos que o pentecostalismo é antimoderno) e tenta promover aquilo que o movimento entende por verdade. Esta é uma espiral que sempre existiu: a ameaça da mudança, a orientação afetiva, o discurso conservador.”

e permissão para que esse grupo alcance seus objetivos. Diante disso, podemos observar o tipo de ideologia que se aproxima daquela apontada por Coutrot (2003, p. 338): a tipologia de identidade cristã teocêntrica na qual a:

[...] submissão a um Deus todo poderoso, dá ao crente o sentimento de sua fragilidade. Ele se insere numa ordem natural que é preciso respeitar, ligada à estabilidade da sociedade fortemente estruturada por imagens paternas e familiares. [...]. Esse tipo de crente será levado a preferir os regimes que se apoiam numa figura de autoridade indulgente, será atraído pelos sistemas hierárquicos nos quais cada um tem seu lugar sem tensões nem rivalidades.

Uma das maiores divergências entre esse modelo e o discurso institucional que observamos estaria vinculada a ideia de “autoridade indulgente”. No nosso caso, essa autoridade estaria apoiada na ideia de liderança democrática liberal, de modo que só haveria legitimidade do reconhecimento da liderança política instituída mediante apoio e reforço das ideias geradas e difundidas no âmbito da instituição religiosa.

Observa-se que, nessa citação, o sentimento de submissão é direcionado a um “Deus todo poderoso” e não à liderança política democraticamente instituída. E mesmo havendo uma orientação expressa no discurso da *lições bíblicas*, de que se deve submissão às autoridades políticas, observaremos adiante que o documento usado para guiar a exposição deste capítulo na *EBD*, criado pela *IEADPE*, argumenta para uma submissão condicional e, conseqüentemente, parcial ao estado. Esse tipo de atitude reforça ainda mais à ideia da presença de um discurso baseado em uma esfera de poder clerical verticalizado e que permite a existência de uma *cultura política* enraizada em um tipo específico de democracia liberal pertinente à essa instituição e conseqüentemente à boa parte do conjunto da sua membresia.

Assim, constrói a ideia de que

Estado basicamente, é a sociedade politicamente organizada num território, sob a égide das mesmas leis (Andrade, 2017, p. 171). A palavra latina que deu origem ao termo “estado”, é “status”, que quer dizer: “posição”; “ficar de pé” (Champlin, 2004, p. 525). De acordo com Houaiss Estado é: “o conjunto das instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público, etc.) que controlam e administram uma nação” (2001, p. 1244). O Novo Testamento descreve o Estado como um instrumento de Deus para produzir certa medida de justiça e de ordem na sociedade, razão pela qual o Estado deve ser obedecido e respeitado (Rm 13.1-7). Jesus distinguiu as esferas da fé religiosa e do Estado, ordenando diligência em ambas (Mt 22.15-22). O servo de Deus, como é óbvio, precisa atuar em ambas essas esferas. (IEADPE, 2018, p. 2)

Aqui, para justificar a necessidade de atuação do público evangélico nos processos eleitorais, o Estado surge como uma força dotada de duas faces e amplas funções. A primeira delas é voltada à ideia do estado como uma instituição burocrática, formada por uma série de outros poderes e caracterizada por estes. O Estado seria, para esse grupo, a força que rege a funcionalidade de uma nação. Constituiria isso, se não houvesse uma justificativa de base religiosa para a existência e necessidade do Estado. Como exposto anteriormente: “o Deus Altíssimo governa o aspecto político da vida no mundo.” (Baptista, p. 83, 2018), na enunciação desse discurso todas as esferas de atuação da vida humana e natural estariam antes interligadas e sujeitas à uma esfera sagrada, ao divino. É nesse sentido que emerge a segunda face de definição do Estado e de suas funcionalidades. Se antes a primeira ideia de “Estado” era sustentada com base em autores como Andrade, Champlin e na definição trazida pelo dicionário Houaiss, agora se tem uma definição exegética da bíblia com base no Novo Testamento. De modo que o “Estado” surge metaforizado em um “*instrumento de Deus*”, capaz de produzir justiça e dar um ordenamento na sociedade vigente, argumento que justificaria a necessidade de o respeito à essa esfera do poder.

Logo em seguida vemos uma divergência discursiva no campo do significado axiológico. Ora, se o Estado é configurado como instrumento divino para trazer ordem ao mundo, como pode então haver uma distinção entre essa esfera e a esfera da fé religiosa, como apontado no fragmento citado? A resposta para isso parece ser simples, se interpretamos o conceito de Estado nessa ótica maniqueísta e dicotômica. O argumento de que o Estado, mesmo separado da fé religiosa, estaria sujeito a um ordenamento divino, apesar de dicotômico e um tanto problemático, converge na proposição de que há uma carência de que o “servo de Deus” atue também nessa esfera. De modo que a separação entre igreja e estado ocorreria apenas no campo de dominação burocrático, quando assim fosse o caso. Não interferindo, conseqüentemente, na aglutinação da esfera política/governamental pela religiosa, no campo ideológico e axiológico.

Como é recorrente nesse tipo de material, composicionalmente falando, temos a construção do argumento iniciada por um conjunto de definições relativas ao conteúdo temático da seção, seguida por uma orientação da funcionalidade e exequibilidade desse conteúdo. Vejamos:

O cristão pode e deve exercer funções políticas. O cristão, como cidadão brasileiro, tanto pode votar, como candidatar-se a cargos eletivos. Sendo um direito público subjetivo de natureza política, o sufrágio (processo de escolha por votação), decorre naturalmente de nossa condição de cidadão, pelo que, como cidadãos cristãos, podemos votar, ser votados e participar da organização e da atividade do poder estatal. “Temos na Lei de Moisés a base e a estrutura social e política do Estado” (SOARES, 2017 *apud* IEADPE 2018, p. 2)

Partimos aqui do questionamento: porque se faz necessária a afirmativa de que “O cristão pode e deve exercer funções políticas”, sendo que o “ser cristão” não

é excludente ao “ser cidadão”? Isso ocorre devido a um certo receio e preconceito no que diz respeito à participação política ativa desse grupo. Mesmo depois da assembleia constituinte em 1988, momento em que o público pentecostal ganha mais autonomia e destaque no cenário eleitoral, muitos evangélicos pentecostais tinham a ideia que o tipo de participação política institucional era um desvio de alguns dos objetivos primordiais da igreja, em destaque, o da evangelização e pregação. Como aponta Oliveira:

Por isso, alguns pesquisadores como Emilio Willems (1967) e Christian Lalive d’Epinay (1970) defendiam que havia uma rejeição das igrejas pentecostais à política partidária até meados do século 20. Os estudos de Willems (1967, p. 233) apontaram alguns casos de políticos evangélicos no Brasil por volta de 1959 e 1960 que indicavam que essa seria uma tendência para as próximas décadas. (2020, p. 18)

Se faz perceptível o esforço institucional direcionado a desconstrução da aversão à participação ativa de evangélicos, em suma pentecostais, nos processos decisórios. Isso, na tentativa de endossar um tipo de sentimento que alimenta uma atitude de democracia liberal própria a esse grupo, condicionada, via de regra, por elementos arraigados em tradicionalismo, moralismo e em uma leitura exegética fundamentalista. Uma *cultura política* que, mesmo inserida em uma democracia representativa, quando tem parte dos seus fundamentos morais e religiosos ameaçados, é capaz de situar seu discurso, inclusive, da seguinte maneira:

O cristão deve submissão “condicional” ao Estado. Como discípulos de Cristo, devemos exercer plena e exemplarmente a nossa cidadania terrena, pois somente assim viremos a glorificar o Pai Celeste, afinal, somos representantes do Reino de Deus. (IEADPE, 2018, p. 2)

Ou ainda:

“Mas importa obedecer a Deus do que, aos homens’ (At 5.12-29). Aqui a Bíblia parece ensinar que, em algumas circunstâncias, temos de desafiar a autoridade governamental” (Baptista, 2018, p. 87).

O Estado, nesse enunciado, não é total e efetivamente hegemônico. Nos chama atenção o modo argumentativo desse discurso, a destituição do poder simbólico burocrático próprio do Estado, em uma espécie de transmutação para o poder carismático institucional próprio da esfera religiosa. O que mostra, mais uma vez, através do discurso, a tentativa de construção de uma *cultura política* em que se

predomina uma democracia liberal. Interpretamos essa prática como antidemocrática e, por ser estruturada a partir de um modelo discursivo de poder carismático, fundamentalista, moralista, centralizado e verticalizado. Um problema para a exequibilidade e estabilidade da democracia representativa tal qual conhecemos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, recorreremos ao capítulo do periódico *Lições Bíblicas*, edição do 2º Trimestre de 2018, com título *Ética Cristã e Política*, usado nos estudos da Escola Bíblica Dominical (EBD). Percebemos que as relações sociais e econômicas são fatores dificultantes à existência de um debate crítico interno sobre a política e as *questões tabus* institucionalizadas. Isso, aliado ao sistema de poder verticalizado, contribuiria para a assimilação e reprodução de um discurso circulante sem que haja um debate crítico interno. Por isso, uma das funções discursivas expressas nesse enunciado é justamente chamar atenção para a relação entre o evangélico e o mundo político, mediante o intermédio de uma cultura política liberal que é baseada em costumes e tradições conservadoras e fundamentalistas.

Seguimos nosso estudo já com a análise do periódico de 2018, que trata da ética cristã em várias esferas e, no nosso campo de interesse, a política. Coincidentemente com essa temática, temos, em 2018, a emergência das eleições presidenciais. Nessa seção, além de trabalhar a ideia de uma *ética cristã*, o periódico trata da construção de uma *consciência política* e de práticas antidemocráticas. Assim, a ideia de *democracia liberal*, como prática que fere os princípios do regime democrático instituído, pode ser percebida na maneira como um tipo de expressão da *cultura política* desse grupo se manifesta, na forma axiológica de discurso.

Além disso, observamos a existência de três *tipos ideais*, ou melhor, de três elementos constitutivos do ideal de candidato para esse grupo, como uma espécie de recomendação, de mandamentos. Isso acontece a partir de três personagens bíblicos, ambos homens e do antigo testamento. Neste tópico usamos um resumo produzido pela IEADPE como fonte auxiliar para a análise. As três formas constitutivas, embora semelhantes, possuem distinções entre si. São elas: *caráter como homem de Deus, intervenção divina* (o homem escolhido por Deus) e *um político temente a Deus*.

Por fim, a última seção trata da *submissão condicional* do cristão em relação ao Estado. O texto chama atenção ao construir a ideia de que todas as esferas estão baseadas em uma ordenação divina, e que a submissão do “*crente*” deve ser direcionada ao “*Deus altíssimo*”. Essa seção convoca o público evangélico para o exercício direto do poder político, e constrói a falsa, e porque não dizer antidemocrática, ideia de que o *cristão* tem autonomia para destituir governantes que não seguem preceitos bíblicos, conservadores e fundamentalistas, em um País cuja laicidade deveria ser pilar constitutivo no processo de tomada de decisões que afetam todo o conjunto e complexidade de pessoas, culturas e identidades que formam um país e suas unidades federativas e geopolíticas de composição.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os Gêneros do Discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

BAPTISTA, Douglas. **Lições Bíblicas 2º Trimestre de 2018 – Adultos: Valores Cristãos: enfrentando as questões morais de nosso tempo**. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

BERSTEIN, Serge. A Cultura política. *In*: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. P 349 - 363. 1998.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 set. 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em 08 de junho de 2021.

COUTROT, Aline. Religião e política. **Por uma história política**, v. 2, p. 331-363, 1996.

IEADPE; DOMINICAIS, Superintendência das Escolas Bíblicas; PRESIDENTE, Pastor; ALVES, Afilton José. **LIÇÃO 12 – ÉTICA CRISTÃ E POLÍTICA - 2º TRIMESTRE DE 2018 (Rm 13.1-7)**. Disponível em: <http://portal.rbc1.com.br/licoes-biblicas/index/cod/538/page/11>. Acesso em 18 de maio de 2021.

OLIVEIRA, David Mesquiati. Igrejas pentecostais e sua atuação política recente no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 37, 2020.

RÉMOND, René (orgs). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Lyndon de Araújo. “Infelizmente somos congregacionais”: Democracia, ecumenismo e cultura política no protestantismo brasileiro. **Revista perspectiva histórica**, v.1, n. 1, p. 10-29, 2011.

XAVIER, L. ELEIÇÕES 2018 E OS VALORES CRISTÃOS NA ESCOLA DOMINICAL. **INTERAÇÕES**, v. 14, n. 25, p. 96-116, 2 ago. 2019.

Para citar este artigo

SOARES FILHO, J.; MARTINS, E. S. Lições bíblicas: cultura política, discurso religioso e pentecostalismo. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 12, n. 3, 2023, p. 18-34.

Os autores

JOSÉ SOARES FILHO é mestrando em Letras pela Universidade Regional do Cariri. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Membro do Núcleo de Estudos Linguísticos e Literários - NETLLI. Experiencia na área de história.

EDSON SOARES MARTINS possui doutorado (2010) em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (PPGL/UFPB). Concluiu estágio pós-doutoral junto ao PROLING-UFPB. Atualmente é Professor Associado (Referência O) de Literatura Brasileira, na Universidade Regional do Cariri (URCA), onde também ocupa o cargo de Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, além de ser professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras, na mesma IES. Tem experiência na área de Literatura, com ênfase em Literatura Brasileira e Literatura Oral Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira, poesia, conto oral popular, além de estudar, à luz da contribuição teórica bakhtiniana, a narrativa curta moderna e contemporânea, as formas da estética oral popular e literaturas africanas. Editor-geral de Macabéa - Revista Eletrônica do Netll e Editor-Adjunto de Miguilim - Revista Eletrônica do Netlli.